

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Sondas a pique	2
Título: Na conta de luz, cobrança polêmica de ICMS.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Vai não vai.....	4
Título: Em alta	4
Título: Operação deixa mais de R\$ 90 bi em obras paradas	5

VEÍCULO: O Globo**Seção: Rio / colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Sondas a pique**

A Petrobras resolveu fazer, em seu balanço, uma provisão de quase R\$ 6 bilhões por causa da natimorta Sete Brasil. Os sócios da empresa de sondas, enrolada na Lava-Jato, já deram início a processos de arbitragem contra a estatal.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Na conta de luz, cobrança polêmica de ICMS**

Consumidores vão à Justiça para excluir taxas do cálculo do tributo, o que reduz valor final em até 20%. Marina Brandão Valor do consumo, tributos, PIS, Cofins, encargos setoriais... São muitos os nomes das cobranças discriminadas nas contas de luz dos brasileiros, e nem sempre é possível entender tudo o que se paga. Duas dessas cobranças, porém, têm levantado polêmicas e tornaram-se motivo de disputas judiciais entre consumidores e concessionárias de energia: a inclusão das taxas de transmissão (Tust) e de distribuição (Tusd) na base de cálculo do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), que incide sobre o total a fatura. A exclusão dessas taxas da base de cálculo do imposto poderia significar uma economia de até 20% do valor da conta. Mas, para isso, é preciso recorrer à Justiça. As ações na Justiça costumam ter dupla finalidade: pedir uma liminar para que o imposto deixe de ser calculado com essas taxas embutidas e cobrar o valor indevido retroativamente pelos últimos cinco anos (prazo de prescrição do direito). — A liminar é rápida. Em apenas dois ou três meses é possível ter o desconto na conta. Mas, como o Estado provavelmente vai recorrer, a sentença final pode demorar cerca de um ou dois anos para ser proferida — explica o advogado tributarista Francisco Possas. — Mas é importante lembrar que, caso a sentença seja indeferida, o consumidor terá que reembolsar o Estado por todos os meses em que teve o desconto. NO RIO, RESSARCIMENTO DE R\$ 7500 administrador de empresas Arnaldo Schipper conseguiu um desconto de quase 15% na conta de luz ao recorrer à Justiça. — Minha conta de junho, que seria de pouco mais de R\$ 500, já veio R\$ 70 mais barata. É um baita desconto. Em um ano, já são quase duas contas que economizo — ressaltou Schipper. Apesar de em mais de 95% dos processos no Tribunal de Justiça do Rio (TJ-RJ) o contribuinte sair vitorioso, segundo o desembargador César Cury, da 11ª Câmara Cível, atualmente há divergências sobre o direito neste caso. Desde que houve uma controvérsia entre a primeira e segunda turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no início deste ano, há um debate acerca da

validade da inclusão ou não das taxas de transmissão e distribuição no cálculo do imposto nos tribunais inferiores. A maioria dos magistrados, no entanto, segue a súmula 391 do STJ, que prevê que o "ICMS incide sobre o valor da tarifa de energia elétrica correspondente à demanda de potência efetivamente utilizada" Flávio Siqueira, advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), explica que as tarifas de transmissão e de distribuição não podem ser consideradas como mercadoria e, portanto, não podem compor a base de cálculo: É preciso alertar o consumidor que ele pode reaver esses valores da conta de luz. Qualquer cidadão que pague contas de luz pode recorrer à Justiça. Para isso, basta ter em mãos comprovantes da conta pagos dos últimos cinco anos. Quem não tiver, pode pedir à empresa fornecedora um relatório de gastos. Quem mudou de cidade, dentro do mesmo estado, também pode recorrer. Caso a mudança tenha sido de estado o processo é mais complicado, pois seria preciso recorrer ao tribunal local. Se o valor contestado for de até 20 salários mínimos, o mais aconselhável é procurar um juizado especial cível, porque não há custos com advogados explicou Siqueira, acrescentando que famílias com renda até três salários mínimos podem recorrer ainda à Defensoria Pública.

AÇÃO CIVIL PÚBLICA É EXTINTA

De acordo com o desembargador Cesar Cury, a explosão de ações no Tribunal de Justiça do Rio começou no fim do ano passado e o crescimento é notório desde então. Atualmente são quase 2,5 mil liminares deferidas pela 11ª Vara de Fazenda Pública. — Quando se descobre que há possibilidade de suspensão de cobrança e um ganho imediato, as pessoas procuram mais o Judiciário — explica Cury. O volume de processos na Justiça foi um dos motivos que levaram o promotor Rodrigo Terra, do Ministério Público do Rio, a entrar com uma Ação Civil Pública (ACP) contra a Light, em abril deste ano. — Mesmo com esse panorama jurisprudencial francamente contrário, as empresas insistem em manter a cobrança — criticou Terra. A ação, porém, foi extinta na semana passada. Segundo a sentença, de acordo com a Lei 7437/85, não é cabível ação civil pública em casos tributários. — Existe essa vedação legal em relação ao questionamento de tributos via ação coletiva, porque, segundo a lei, esses direitos seriam individuais. Mas, nessa ação, não estamos questionando o ICMS, e sim a base de cálculo desse imposto. Com certeza, irei recorrer da decisão — antecipou Terra.

CALCULADORA SIMULA GANHO

Foi pensando nisso que a Proteste — Associação Brasileira de Defesa do Consumidor lançou em seu site (www.proteste.org.br) uma calculadora que simula o quanto o consumidor pode receber de volta pelos cinco anos de cobrança indevida, caso ganhe o processo. No Rio, a média do ressarcimento é de R\$ 750. Para fazer o cálculo, basta informar o valor médio do gasto mensal, o

estado em que mora e a empresa fornecedora. — A ideia foi criar um mecanismo para que as pessoas pudessem identificar se vale a pena ou não recorrer à Justiça explicou Carlos Confort, técnico da Proteste responsável pela calculadora. Qualquer cidadão que pague A Secretaria de Estado de Fazenda disse estar "atenta" ao tema e ressaltou que estudos iniciais apontam uma possível perda de arrecadação de R\$ 2 bilhões por ano, caso as taxas de transmissão e de distribuição saiam da base de cálculo do ICMS sobre a conta de luz. Em nota, a secretaria destacou que se trata de um valor "bastante expressivo diante dos incessantes trabalhos que o Estado vem promovendo para melhorar a arrecadação no atual momento de crise" O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) defende a inclusão das tarifas no cálculo. No entendimento do Confaz, elas compõem o custo da energia e "uma mercadoria é cobrada pelo preço final que é posta à disposição do comprador. Vale para energia, vale para todas as mercadorias". Em nota, a Light informou que compete ao Estado do Rio "solucionar dúvidas do contribuinte" sobre o assunto e afirmou atuar como "mera arrecadadora do tributo" A Enel, antiga Ampla, disse ainda que cumprirá caso haja decisão judicial ou mudança na lei.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Andreza Matais / Marcelo De Moraes

Título: Vai não vai.

O governador Robinson Faria vai cobrar de Pedro Parente (Petrobrás) a exploração de petróleo no RN. Ele tem se queixado de que "está tudo parado" e, com isso, a arrecadação despencou. Faria chegou a comentar o assunto com Temer, que mandou bater na porta de Parente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Em alta

O consumo de gás natural no País voltou a crescer após mais de um ano em queda. O indicador de abril último mostra elevação de 8,46% na comparação com o mesmo mês de 2016, conforme a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás). É a primeira expansão anual desde janeiro de 2016. Em relação a março, a alta foi de 10,6%. No quadrimestre, porém, ainda há queda de 9,46%. Para a Abegás, o desempenho de abril em relação a um ano reflete a tendência de recuperação da economia brasileira depois de um 2016 recessivo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Renée Pereira****Título: Operação deixa mais de R\$ 90 bi em obras paradas**

Projetos foram suspensos por suspeitas de sobrepreço, divergências em relação a preços e por falta de crédito

A Operação Lava Jato deixou um rastro de mais de R\$ 90 bilhões em obras paradas de Norte a Sul do Brasil, sem previsão de retomada. A lista inclui grandes empreendimentos que, se estivessem em operação, trariam inúmeros benefícios para a população brasileira, como projetos de mobilidade urbana (metrô e corredores de ônibus), rodovias, universidades e centros de saúde.

Há também instalações industriais de grande relevância para a economia nacional, como os investimentos da Petrobrás. Alguns projetos foram paralisados por suspeitas de sobrepreço, outros por divergências em relação ao valor das obras e também por falta de financiamento ou recursos próprios para tocar a construção.

Todos os empreendimentos têm em comum o fato de estarem sendo construídos por empreiteiras envolvidas no maior escândalo de corrupção do País e que hoje estão com graves problemas financeiros, sem caixa e sem crédito no mercado. O levantamento das obras foi feito pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic) e pelo Estado e considerou apenas os grandes projetos.

“Na Hidrelétrica São Roque, parada há mais de um ano, a retomada criaria mil empregos durante 10 meses. Esse é o contingente de pessoas e o tempo para concluir os 20% de obras restantes. Até a paralisação, o projeto já havia recebido R\$ 700 milhões de investimentos. Faltam mais R\$ 300 milhões para concluir o empreendimento e iniciar operação.

Mas, envolvida na Lava Jato, a Engevix ficou descapitalizada e sem recursos para continuar as obras da usina que terá capacidade para gerar 142 megawatt (MW). Agora, a empresa tenta encontrar um sócio para colocar o projeto em pé. Em outros projetos, a expectativa é a troca dos acionistas.

A Petrobrás, por exemplo, já anunciou que pretende sair integralmente da produção de fertilizantes. A empresa é dona da Unidade de Fertilizantes Nitrogenados 3 (UFN3), que estava sendo construída pela Galvão Engenharia e Sinopec. Com 81% das obras concluídas e R\$ 3,2 bilhões investidos, a obra foi paralisada em dezembro de 2014 e até hoje não existe previsão de retomada.

Abandono.

A exemplo da UFN3, o BRT Via Livre Leste- Oeste e o Ramal da Copa, em Pernambuco, e o Estaleiro Enseada tiveram as obras interrompidas há quase três anos. No primeiro caso, o consórcio construtor formado por Mendes Júnior e Servix abandonaram as obras e foram multadas, afirma a Secretaria de Cidades de Pernambuco. Dos R\$ 168,6 milhões do projeto, R\$ 136 milhões já foram investidos. Os serviços estão sendo retomados aos poucos com a contratação de novas empresas.

“Há um conjunto grande de obras paradas no Brasil inteiro, mas os dois maiores símbolos da paralisia dos investimentos são a Linha 6 do metrô de São Paulo e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

São dois desastres”, afirma o presidente da consultoria Inter.B, Claudio Frischtak. Só as obras paulistas representam R\$ 9,9 bilhões de investimentos, parados desde o ano passado. Envolvidas na Lava Jato, as empreiteiras do consórcio construtor (Odebrecht, Queiroz Galvão e UTC) não conseguiram fechar o financiamento com o BNDES para continuar a construção, que estava com 15% das obras executadas.

O governo do Estado de São Paulo diz que aguarda uma solução até o início do mês que vem. Caso contrário, um processo de rescisão do contrato poderá ser iniciado. A obra do Comperj é ainda mais dramática. Orçado em US\$ 13,5 bilhões, o projeto está parado desde julho de 2015 e seu futuro é incerto. Em nota, a Petrobrás afirmou que está buscando parcerias para concluir as obras da primeira fase.

MME / ASCOM .